

GREVE BRANCA

Em Leme, os bóias-frias prometem não trabalhar hoje.

Quando voltarem ao trabalho hoje pela manhã, é bem provável que os bóias-frias da região de Leme não cortem um só pé de cana. E, se forem obrigados a trabalhar, vão exigir dos patrões que lhes entreguem uniformes, facões e todos os outros acessórios necessários para a atividade. Foi o que ficou decidido ontem, numa assembléia de duas horas em que os trabalhadores rurais da região discutiram os rumos de seu movimento depois dos incidentes de sexta-feira.

A proposta de "parar no campo" surgiu durante a assembléia, como conciliação entre as duas posições antagônicas confrontadas depois da tensão do fim de semana. A assembléia rejeitou a proposta dos empresários, encaminhada através do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, mas também não quis fechar todos os canais de negociação. Assim, ficou resolvido que os bóias-frias irão para o campo hoje mas não trabalharão — a menos que seus patrões cumpram o acordo assinado no último dia 25 e lhes entreguem seus instrumentos de trabalho.

A proposta dos usineiros negava mudança no sistema de contagem da cana colhida, que é por tonelada e que os bóias-frias querem que seja por metro. A única concessão dos empresários é que o valor calculado na avaliação prévia, feita por metro, seria o mínimo a ser pago aos trabalhadores. No caso dos bóias-frias que não ganham por produção, mas por dia de trabalho, a proposta estipulava um aumento de Cz\$ 43,68 para Cz\$ 50,00 na diária. Além disso, as empresas concordavam em conceder adiantamento correspondente aos dias parados, por conta dos futuros pagamentos, e descontável escalonadamente. Também ficou definido que nenhum grevista seria demitido.

Sem piquetes

A decisão dos cerca de 1.000 bóias-frias que participaram da assembléia, aprovando o início de uma "greve branca", foi bem recebida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leme, Norival Guadagnin, que procurou não induzi-los na escolha dos rumos do movimento. Antes da votação, porém, o sindicalista disse aos repórteres que não considerava "viável continuar a paralisação com o uso de piquetes". Segundo ele, isso poderia provocar "mais derramamento de sangue".

O procurador jurídico da Prefeitura de Leme, Miras Teodoro, também considerou positivo o fim dos piquetes. "Com Isso, eles não conseguiriam nada dos patrões." Para Teodoro, o movimento já está desgastado uma vez que a paralisação, segundo ele, após atingir 15 mil trabalhadores de sete usinas, restringem-se aos dois mil da usina Cresciumal, em Leme. "Além do mais" — salientou o procurador —, "a caldeira da usina não pesou, o que significa que ela está recebendo cana de outras cidades".

Já o dirigente da federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp), Vidor Faixa, comentou que "pouca coisa muda, diante da resistência dos patrões". Vidor considera, todavia, que um ponto positivo do movimento é que "o trabalhador ganha cada vez mais confiança de que é explorado".

Ele acentuou a disposição da Fetaesp e dos sindicatos pela continuidade da luta, pela alteração do sistema de cálculo de produção, de tonelada para metro. Na opinião de Vidor Faixa, os empresários acabarão concordando com a mudança. "O método atual fere, inclusive

um princípio trabalhista, que é o do indivíduo saber o quanto está ganhando. O cálculo de produção por metro será benéfico para os próprios empresários; pois tendo noção dos seus ganhos reais o trabalhador: se esforçará para produzir mais."

No final da assembléia, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh anunciou que, "para evitar manipulação de depoimentos", será feito um levantamento de todas as pessoas que testemunharam o conflito de sexta-feira. Greenhalgh pretende documentar a versão dos envolvidos e registrá-las em cartório. Ele está reunindo, também, elementos para, na próxima semana, ajuizar um processo de responsabilidade civil contra o Estado, "pelas duas mortes, e várias tentativas de morte".

José Garcia, enviado especial da AE-Campinas.